

COLIGAÇÃO O CONCELHO EM PRIMEIRO LAMENTA O VALOR ATRIBUÍDO PELO GOVERNO ÀS AUTARQUIAS PARA RECUPERAÇÃO DOS DANOS DAS INTEMPÉRIES

NÃO POUPAM CRÍTICAS A RUI LAGES QUE CONTINUA COM MAIS LAMENTOS DO QUE AÇÃO.

A Coligação O Concelho em primeiro lamenta que o Governo só tenha atribuído aos municípios 60% do valor dos danos causados pelas intempéries.

Lamentam também a falta de esclarecimentos por parte do presidente Rui Lages à população do concelho de Caminha.

Fala sempre em 13 milhões no global, mas não refere qual a parte que é dos privados e qual a parte que é pública.

Se a parte pública de danos forem 6 milhões, então o Governo atribuirá 3, 6 milhões de apoio.

Claro que o valor é extramente reduzido, ainda para mais para um Município falido como o de Caminha, que só tem dinheiro para assessorias pessoais e de imprensa e para dar mais de meio milhão para um só evento de um privado, e que depois não tem capacidade financeira para o que realmente é importante.

Rui Lages tem dinheiro para pagar prémios contratados, planos municipais, contratados externamente e pagos a peso de ouro e que depois não servem para nada e depois não tem dinheiro para recuperar o que devia.

O Concelho de Caminha merecia mais respeito por parte do Governo, e mais ação por parte do presidente da Câmara Rui Lages. Não se entende que o concelho onde se pagam os impostos mais altos, como o IMI, não ter receita previsional para acorrer de imediato a algumas situações urgentes.

Outros concelhos, vítimas de intempéries, já fizeram a primeira linha de trabalhos, com requisições e concursos públicos, e agora poderão tentar candidatar os valores já gastos.

Em Caminha não sabemos que requisições estão feitas, que concursos públicos foram abertos para se proceder à recuperação de vias, muros e equipamentos municipais.

Não se entende como a esta altura não se chamaram as empresas que estão a intervir no terreno para que assumam as suas responsabilidades e reponham o que é da sua parte. Fala-se em concreto da Adam. Existem freguesias, cujos danos e prejuízos advêm de valas abertas durante meses e que em Janeiro levou a enxurradas e aluimentos de terra. Onde está a ADAM para assumir a sua parte de responsabilidade?!

Porque é que Rui Lages ainda não tratou disso, ou deu informações à população.

Como está o município de Seguros? Já ativou? Para quando respostas?

É voz corrente que os orçamentos que a câmara enviou à CCDRN, da parte pública, foram empolados. Está na hora de se falar Verdade para haver Verdade!

60% não chega para os orçamentos empolados ou para as obras reais que são preciso ser feitas?

E as empresas caminhenses afetadas?! O valor do apoio é miserável. O Governo atribui 400 mil para toda a zona Norte , o que perfaz uma média de 4600 por Município.

Porque é que Rui Lages não quis saber das empresas?

E os privados, que pagam o IMI mais elevado, o IRS mais elevado, taxas camarárias avultadas, e que agora não têm dinheiro para recuperar parte dos danos que lhe são causados?!

Como ajudar estas pessoas que contribuem para o orçamento municipal com impostos superiores a 7 milhões de euros?

Um concelho como o de Caminha, sem capacidade reivindicativa e com executivos que se preocuparam mais nos últimos 3 meses em andar a publicar fotografias do presidente e vereadores em todas as posições na página do município como se aquele instrumento, que é de todos nós, fosse uma revista cor de rosa, tivesse estado no terreno a negociar com as empresas responsáveis, com o Governo e com a oposição para contribuir com ideias, teríamos certamente, uma situação mais profícua do que a atual.

Não chega chorar depois do leite derramado, é preciso mais ação e mais músculo político.

É preciso esclarecer a população e dizer-lhes a Verdade que o Governo não quis saber de Caminha em particular, e que o Presidente e vereadores estão mais preocupados em fazer campanha eleitoral e em ligar a munícipes a dar-lhes avisos para não falarem com a oposição, do que em trabalhar de forma madura, saudável e responsável pelo concelho de Caminha.

A Coligação estará sempre aqui, pelas suas gentes e pela sua terra, na defesa incondicional da melhoria das condições de vida de todos os caminhenses, e por isso enviará aos Deputados da Nação um pedido para que façam uma recomendação urgente ao Governo para que reavaliem o despacho 3484/2023 e que o valor do apoio seja no mínimo de 90%, recorrendo se necessário ao respetivo enquadramento em fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A Coligação O Concelho em Primeiro